



Pesquisa, Teoria e Metodologia

## O consumo de substâncias psicoativas na perspectiva da saúde coletiva: uma reflexão sobre valores sociais e fetichismo<sup>1</sup>

*Psychoactive substance abuse from a collective health perspective: a reflection about social values and fetishism*

Vilmar Ezequiel Santos<sup>1</sup>

Cassia Baldini Soares<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Doutor em Ciências, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, Brasil.

<sup>2</sup>Professora Associada, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, Brasil.

**RESUMO** - Trata-se de um ensaio de natureza teórica que agrega elementos conceituais sobre consumo de drogas, valores sociais e fetichismo, buscando-se articulá-los de maneira coerente a partir da epistemologia marxista, que fundamenta o campo da saúde coletiva. Parte-se da compreensão de que o consumo de substâncias psicoativas assume particularidades na contemporaneidade, que encontram-se diretamente relacionadas às transformações da estrutura e da dinâmica sociais. Compreende-se que a proliferação de um cardápio cada vez mais amplo de substâncias psicoativas, em que pese os usos terapêuticos e consumos benéficos, se relaciona em grande medida com outras necessidades que se impõem nos modelos de felicidade e realização atuais. As necessidades sociais que impulsionam o consumo prejudicial de substâncias psicoativas não estão determinadas pelos efeitos psicoativos da droga ou por problemas comportamentais individuais, conforme tem sido tratado por diversas concepções que alimentam as políticas públicas dominantes na área. Argumenta-se que as necessidades se referem a um certo mal estar global que perpassa a vida social atual, resultando em formas compulsivas e alienadas de relações com os objetos de consumo, como mercadorias. Busca-se ainda compreender os mecanismos que engendram e explicam a categoria mercadoria e a relação entre trabalho e fetichismo e suas implicações com o conceito de alienação. Dentre as formulações do campo da saúde coletiva aponta-se como perspectiva política o fortalecimento de sujeitos críticos e politizados na busca de emancipação. Critica-se o ideário que sustenta metas simplórias e irreais de sujeitos abstinentes ou da eliminação das drogas, conforme propagado pela ideologia dominante que camufla a exploração e marginalização produzidas pela desigualdade social, reiterando explicações funcionalistas que “criam” sujeitos desviantes, inadaptados, rebeldes, fracos e incorrigíveis.

**Palavras-chave:** Consumo de Substâncias Psicoativas; Valores Sociais; Saúde Coletiva; Mercadoria; Fetichismo.

**ABSTRACT** - This theoretical essay presents conceptual elements regarding drug abuse, social values, and fetishism, aiming to make a coherent connection between them based on the Marxist epistemology that serves as the foundation of collective health. It is understood that, today, substance abuse assumes specific particularities that have a direct relationship with the changes in social structure and social dynamics. The menu of available substances, which includes therapeutic and beneficial uses, is constantly expanding. The proliferation of this menu is mostly related to other needs that are imposed on the current models of happiness and fulfillment. The social needs that boost hazardous substance abuse are not determined by the psychoactive effects of the drug or by individual behavioral issues, as addressed by several concepts that foster the main public policies in this area. It is suggested that the needs refer to a so-called global malaise that surpasses current social life, resulting in compulsive and alienated relationships with consumption objects, as merchandises. This study also seeks to understand the mechanisms that engender and explain the merchandise category and the relationship between work and fetishism and its implications with the concept of alienation. Among the formulations of the collective health field, the outlined political perspective is the strengthening of analytical and politicized subjects in their search for empowerment. Furthermore, the study criticizes the mindset that sustains poor and unreal goals of abstinent subjects or of the sheer elimination of drugs, as disseminated by the dominant ideology that camouflages exploitation and marginalization produced by social inequality, reiterating functionalist explanations that “create” subjects that are deviant, misfit, rebel, weak, and hopeless.

**Keywords:** Substance abuse; Social values; Collective health; Merchandising; Fetishism (psychiatric).

### 1. INTRODUÇÃO

O campo da saúde coletiva debruça-se sobre objetos de caráter interdisciplinar integrando conhecimentos de diferentes áreas<sup>1</sup>. Fundamenta-se na perspectiva marxista como base epistemológica de produção do conhecimento e práticas sobre a realidade social, conforme sintetizam Salum, Queiroz, Soares<sup>2</sup>, debruçando-se sobre as orientações aos estudantes de

#### Autor correspondente

Vilmar Ezequiel Santos

Associação para o Desenvolvimento da Medicina,

CAPS AD II Santana.

Rua Conselheiro Saraiva, Santana.

Sao Paulo, SP – CEP: 02037-020.

Telefone: (11) 29500803.

Email: [vilmar.santos@uol.com.br](mailto:vilmar.santos@uol.com.br)

Artigo encaminhado 10/04/2013

Aceito para publicação em 12/05/2013

pós-graduação que desejam desenvolver pesquisas na área.

A partir dessa perspectiva teórico-metodológica, Soares<sup>3</sup> e Soares e Campos<sup>4</sup> vem formulando compreensão que explica o consumo de substâncias psicoativas como parte da formação social, sempre apoiando-se em diversas áreas do conhecimento. Como tal trata-se de fenômeno sujeito a assumir lugares e funções distintos a depender da sociedade que o constitui ou o transforma. Nessa perspectiva teórica, os saberes constituídos sobre o fenômeno das drogas, muitas vezes naturalizados, não são compreendidos como formulações estáticas ou imutáveis no espaço e no tempo. Com isso, não são apreensíveis enquanto constructos mentais universais ou sem conexão com a realidade social e o contexto histórico ao qual se vinculam.

O esforço neste ensaio é o de aprofundar essa compreensão agregando elementos de leitura da realidade que ajudem a situar e explicar o consumo de substâncias psicoativas em estreita relação com as transformações pelas quais vem passando o capitalismo atual<sup>3,4</sup>.

Coerentemente ao campo da saúde coletiva e para compor esse modelo explicativo vai se recorrer a formulações de diversos teóricos clássicos e contemporâneos que fazem leituras atentas das estruturas atuais do modo de produção capitalista e das formas de regularização das relações sociais<sup>ii</sup>.

## 2. MERCADORIA E FETICHISMO

Marx debruçou-se sobre o modo de produção capitalista explicando as relações de exploração estabelecidas entre os detentores dos meios de produção e a classe explorada, ou numa leitura mais atual *classe que vive do trabalho*<sup>iii</sup> revelando as lutas que se travam entre as classes sociais. A análise da obra de Marx neste ensaio se deterá em alguns dos estudos que possibilitam compreender os mecanismos que engendram e explicam a categoria *mercadoria* e a relação entre *trabalho* e *fetichismo* e sua implicação no conceito de *alienação*.

Para Marx<sup>5</sup> o valor (real) da *mercadoria* significa o trabalho humano incorporado, transformado e objetivado em sua forma final que se torna um objeto de consumo e que *atende a determinadas necessidades humanas*. No âmbito das relações sociais aquilo que é notado imediatamente pelos nossos sentidos e percepções é somente a *aparência da mercadoria*, ou seja, a sua expressão enquanto valor de troca e enquanto valor de uso. Assim o ser aparente das mercadorias esconde o seu real *valor*,

que é o *dispêndio de energia humana pelo trabalho*, pois daí é que resulta o seu *poder* sobre o homem, a sua dimensão fetichista.

A mercadoria aparece enquanto algo que *satisfaz necessidades humanas de toda espécie*<sup>5</sup>, porém o seu *valor* está escondido, não aparece como tal. O trabalho humano se torna valor embutido no ser das mercadorias, o trabalho já capitalizado, alienado do seu criador, expropriado, tornado objeto do capital. O homem utiliza e troca o próprio trabalho *valorizado* no ser das mercadorias, sem o saber. Para Marx a essência do homem que é o trabalho fica perdida do seu criador, expropriada, o trabalho fica *alienado* no sistema de produção, fica *estranhado*. O produto do trabalho não pertence mais ao homem livre já que a força de trabalho é usurpada pelo dono do capital o que o submete enquanto *mercadoria* para finalidades de multiplicação do capital e o aliena de si mesmo. Bottomore<sup>6</sup> descreve as várias formas de produção da alienação em Marx.

(...) O homem não só aliena parte de si mesmo na forma de Deus, como também aliena outros produtos de sua atividade espiritual na forma de filosofia, senso comum, arte, moral; aliena os produtos de sua atividade econômica na forma de mercadoria, do dinheiro, do capital; e aliena produtos de sua atividade social na forma de Estado, do direito, das instituições sociais. Há muitas formas nas quais o homem aliena de si mesmo os produtos de sua atividade e faz deles um mundo de objetos separado, independente e poderoso, com o qual se relaciona como um escravo, impotente e dependente. Mas o homem não só aliena de si mesmo seus próprios produtos, como também se aliena de si próprio da atividade mesma pela qual esses produtos são criados, da natureza na qual vive e dos outros homens. Todos esses tipos de alienação são, em última análise, a mesma coisa: são aspectos diferentes, ou formas, da alienação do homem, formas diferentes da alienação que se produz entre o homem e a sua "essência" ou sua "natureza" humana, entre o homem e sua humanidade<sup>6</sup>.

Antunes e Alves<sup>7</sup> resgatam em Marx o conceito de *subsunção* para expressar *que a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital*. Resgata dessa forma o elemento vivo do trabalho que se configura como resistência à submissão ao capital.

Dessa maneira, o que é específico é que a força de trabalho, além de ser um dos

elementos constitutivos da relação social que a aprisiona e “submete”, é também um elemento que nega aquela relação e por isso mesmo sua “subordinação” precisa ser reiteradamente afirmada. É neste processo que o capital visa a superar uma subordinação (melhor: subsunção) meramente formal, transformando-a em real (subsunção real), com o corolário de que a transformação da força de trabalho em capital acaba por consolidar-se socialmente<sup>7</sup>.

Assim na construção de Marx<sup>5</sup>, ao mesmo tempo em que o homem se distancia de seu ser (essência pelo trabalho) as mercadorias *ganham* vida, se tornam poderosas enquanto coisas que trazem em si o trabalho humano objetivado, mas ao mesmo tempo não revelado enquanto tal. Nesse contexto os homens se relacionam entre si mediados pelas necessidades de consumo e de troca das diversas mercadorias produzidas. A propriedade das mercadorias se torna a razão do viver em sociedade marcando dessa forma os contornos da subjetividade, a partir da valorização do ter, do acúmulo, do ser aparente, da aparência das coisas.

As necessidades também se alienam no processo da metamorfose do valor do trabalho, ficando determinadas pelo sistema de produção que tem por finalidade a *realização da mercadoria* pelo sistema de troca e consumo. As mercadorias têm como função a capitalização, a multiplicação do capital, a realização da exploração da mais-valia da classe trabalhadora. Cabe esclarecer, no entanto, que a finalidade da mercadoria para o sistema é em primeira instância econômica, o que não significa dizer que todas as relações que perpassam a mercadoria também o são. Há uma rede interconectada que inclui a mercadoria, um conjunto de novas necessidades e um sistema de valoração que a contorna. O que significa dizer que os sujeitos também se constituem e se socializam a partir dessas relações, conforme referido por Birman<sup>8</sup> quando discute as subjetividades contemporâneas.

Pode-se tomar como exemplo a exacerbação de necessidades de consumo na atualidade, que torna o consumismo a maior de todas as necessidades. Assim o poder ou a liberdade de escolha estão diminuídos e comprometidos, daí os imperativos: *tem que se acumular, tem que se comprar, tem que se consumir*. O oposto disso é vivido como um esvaziamento da subjetividade presa que está na *coisificação do homem e à humanização das mercadorias*<sup>5</sup>.

Marx torna possível ainda a percepção do aspecto histórico e dialético da formação social do homem.

Dessa forma ele observa que a consciência é limitada pela própria divisão social do trabalho e somente pode se revelar como consciência de classe - *a classe que vive do trabalho*<sup>9</sup> e a classe que explora o trabalho.

Na perspectiva do proletariado, a classe trabalhadora pode formular uma consciência da situação de exploração e opressão que se reproduz socialmente e reagir às contradições do sistema. O mundo das mercadorias é o que reflete essa opressão e onde se manifestam as contradições. Ao mesmo tempo em que as mercadorias são produzidas pelo trabalho e disponibilizadas, concomitantes com a criação de novas necessidades de consumo, há diferentes condições de acesso a elas.

Nesse sentido as relações do trabalho com o sistema de produção se configuram como eixos centrais para a compreensão do que é considerado *valor* em Marx<sup>5</sup>. Pois o valor contido nas mercadorias é o próprio trabalho humano alienado no sistema de produção. No entanto as mercadorias aparecem enquanto objetos de *valor* de troca e uso não estando transparente essa relação com o trabalho. Assim o seu ser aparente nega e encobre o seu ser real, o seu ser valorizado pelo trabalho humano. A mercadoria representa algo que não é, revela valor pela aparência.

Nesse contexto o mundo das mercadorias e todo sistema de imagens e de aparência que elas criam e recriam obscurece o real valor do trabalho humano. Produz-se uma inversão na qual o homem se distancia de suas potencialidades que ficam refletidas nos objetos criados. Conforme refere Marx<sup>5</sup> processa-se uma inversão na relação entre o objeto criado e o criador. A tomada da consciência de classe dependeria de um movimento ao contrário, de produzir um processo de desinversão, restituindo ao homem o seu valor pelo trabalho.

(...) Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital (...). O capital se encarna em coisas: instrumentos de produção criados pelo homem. Contudo, no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção — convertidos em capital pela

relação social da propriedade privada — é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade — a do lucro — que lhe é alheia. O trabalho morto, acumulado no instrumento de produção, suga como um vampiro cada gota de sangue do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho, também ela convertida em mercadoria, tão venal quanto qualquer outra<sup>5</sup>.

Para Marx a consciência é sempre limitada pelas condições objetivas da reprodução da vida social. Ela está de certo modo submetida ao modo de produção e à reprodução das relações sociais. As relações sociais estão permeadas pela necessidade da propriedade (tendo como maior representante o dinheiro) e dificilmente se tem consciência do quanto o homem está subjugado pelo poder das mercadorias - “As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias<sup>5</sup>”.

Assim a alienação para Marx significa a passagem do *valor* que é próprio do trabalho humano para os objetos de sua criação (religião, ídolos, mercadoria, etc). A consciência alienada é a impossibilidade de percepção da condição de assujeitamento do homem aos seus produtos criados. Para Fleck<sup>10</sup>.

(...) Marx não está, obviamente, dizendo que as coisas já foram dadas ao homem prontas ou que este não labutou penosamente na transformação de uma matéria bruta em algo útil para ele. O que ele diz é apenas que a crença de que este trabalho se corporifica, se transubstancializa, na mercadoria é um misticismo, consiste em um pensamento mágico, irracional. O trabalho gasto desaparece, nada mais; o que fica é apenas a matéria bruta transformada<sup>10</sup>.

Nessa formulação, a consciência da condição de alienação se configura como uma forma de relação social comprometida com a emancipação humana, porém não resulta necessariamente em transformação concreta desta realidade. Para Marx<sup>5</sup> a mudança das formas de relação social somente é possível pela ação política dirigida para esse fim, ou seja, a práxis política. Pela práxis se constitui uma ação política que tem como objetivo final a transformação do modo de produção da vida social, que no caso do capitalismo significa a destruição da propriedade dos meios de

produção, detidos pela classe exploradora do trabalho humano, e a transparência das relações sociais de produção. Assim somente pela práxis é possível visualizar uma mudança histórica orientada por uma utopia.

A perspectiva trazida por Marx<sup>5</sup> na análise e desvendamento do modo de produção capitalista revela aspectos presentes na vida social e mais especificamente no sistema de relações e interações humanas. É preciso salientar que a utilização do método histórico-dialético permite compreender os fenômenos sociais em estreita interação entre si e com a totalidade da vida social, portanto como produtos histórico-sociais.

Os postulados de Marx<sup>5</sup> permitem encarar com mais elementos a complexidade do fenômeno do consumo de substâncias psicoativas no capitalismo contemporâneo. Muitos são os estudos que demonstram a presença do consumo dessas substâncias na história da humanidade. Também são inúmeras as interpretações do fenômeno e as experiências concretas vivenciadas por usuários de drogas. Observa-se um leque de explicações que se estendem de compreensões mágico-religiosas para os estados de alteração da consciência até “certezas” científicas, que perpassam diversos campos do conhecimento, dentre eles: a antropologia, a psicologia, a psicofarmacologia, a psiquiatria, entre outras.

### 3. AS EXPLICAÇÕES PARA O CONSUMO DE DROGAS E AS JUSTIFICATIVAS PARA AS POLÍTICAS

Autores como Escohotado<sup>11</sup>, que escreveu tratado sobre a história das drogas, acompanhado por Carneiro<sup>12</sup>, entre outros analistas, resgatam muitos dos sentidos que o consumo de substâncias psicoativas adquiriu em distintos contextos histórico-sociais e também demonstram interesses subjacentes às políticas proibicionistas e repressivas de Estado levadas a cabo pelos países desde o início do século XX. Dentre esses: a utilização de interpretações sobre os “malefícios” de determinadas drogas, para justificar perseguição a determinadas minorias e povos; e o domínio dos produtos para finalidades econômicas. Produtos que no capitalismo tomam a forma de mercadorias, que marcam os processos de alienação no trabalho e no estabelecimento de *necessidades alienadas*<sup>IV</sup>.

O aumento significativo do consumo de psicoativos nas últimas décadas e um conjunto não desprezível de problemas sociais e de saúde associados requer conjunção de conhecimentos capazes de revelar as

causas mais profundas de tais problemas, fugindo de explicações simplistas e fragmentadas.

As concepções dominantes neste campo explicam o consumo de drogas como resultado de uma equação simplificada em que os sujeitos em busca de satisfazer necessidades de alteração da psicoatividade seriam destituídos de consciência e capacidade de escolha. O simplismo chega ao ponto de se veicular uma espécie de fé no poder de coerção da substância sobre o sujeito, ou seja, a droga dotada de efeitos psicoativos traria em si poder de dominação da vontade e da consciência do homem. Em trabalho de mestrado concluído em 2008, com base na saúde coletiva, analisamos as concepções de objeto e sujeito que ancoram as políticas públicas para o campo das substâncias psicoativas e as práticas de redução de danos. Pode-se perceber que a concepção dominante sobre drogas na área da saúde reduz a questão complexa do sistema das drogas na atualidade à equação droga-sujeito vulnerável, ou seja, à subjugação de sujeitos tidos como frágeis, por características biológicas e psicológicas, aos efeitos psicoativos dominadores da substância<sup>13</sup>.

No âmbito das políticas globais e respostas sociais para fazer frente às constatações do aumento do consumo das substâncias psicoativas, a vertente principal que orienta as ações é a jurídico-moral ou da guerra às drogas. As políticas são consensuadas através de mecanismos legais e convenções internacionais, organizadas em torno de um sistema de proibição, criminalização e repressão da produção, comércio e consumo de um conjunto de drogas, focalizando como alvos prioritários a droga em si ou o usuário, tomado na sua condição individual<sup>13</sup>.

Os efeitos negativos das políticas oficiais para o campo das drogas vêm sendo bem estudados por diversos autores, ainda que sob perspectivas teóricas diferentes<sup>11,12,14,15,16,17,18,19,20</sup>, que demonstraram as adversidades, as contradições e as insuficiências das mesmas. Discutem ainda que apesar dos esforços jurídicos e sanitários dos governos em classificar as drogas considerando os diferentes potenciais de risco e perigo, a produção, o comércio e o consumo seguiram se ampliando. Ao mesmo tempo se desenvolveram novas drogas, novas formas de disponibilização para o consumo visando atingir públicos específicos (crianças, jovens, adultos, homens, mulheres) e em diversos contextos e condições socioeconômicas, diminuindo a qualidade e/ou barateando o preço.

Na história do proibicionismo oficial os discursos dominantes, de cunho ideológico, buscaram promover

entre alguns povos e culturas a aliança entre práticas moralistas e controle social, relacionando determinados psicoativos a “(...) minorias vistas como perigosas por seus hábitos e procedências. Assim, chineses eram relacionados ao uso abusivo de ópio, negros ao de cocaína, irlandeses ao de álcool, hispânicos ao de maconha<sup>21</sup>”.

Segundo Rodrigues<sup>21</sup> lançaram-se assim as bases que justificam os principais argumentos oficiais para dar contorno político e social ao campo das substâncias psicoativas: as drogas como ameaça moral, como questão de saúde pública e como problema de segurança pública.

Zaccone<sup>22</sup>, estudioso da criminologia crítica e delegado da polícia civil de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, analisando o comércio de drogas ilícitas refere que, além do fracasso histórico comprovado, as políticas de repressão às drogas ilícitas têm se mostrado como mais uma ferramenta para punir os pobres.

Pedro Abramovay, ex-secretário Nacional de Justiça e Professor da disciplina violência e crimes urbanos na Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) conforme entrevista concedida à imprensa brasileira<sup>v</sup> em 12 de novembro de 2012, posiciona-se politicamente favorável à legalização da maconha e outras drogas. Abramovay defende a perspectiva de regulação das formas de produção, comércio e consumo pelo Estado retirando as drogas do circuito ilegal que constitui e alimenta o narcotráfico e diversas formas de violência e exploração. O ex-secretário aponta para a complexidade dos problemas relacionados ao consumo prejudicial de drogas dando ênfase às dificuldades que envolvem a vida social e o trabalho. No campo do tratamento apoia as propostas de consultórios de rua já que o consumo prejudicial teria como causa as dificuldades da vida social incluindo os problemas familiares e de desemprego.

Nesse contexto em que se formulam concepções e explicações para a questão do consumo de drogas também a juventude se torna objeto de grande preocupação na sociedade sendo alvo privilegiado de políticas e legislações assistencialistas e fragmentadas. A concepção de juventude como fase de transição considerada ainda como “não preparada” e “imaturo” para fazer escolhas e assumir responsabilidades<sup>23</sup>, que alimenta essas políticas, é coerente com a vertente dominante no campo das drogas. O consumo de drogas pelo jovem ainda “frágil e despreparado” pode comprometer o seu processo de desenvolvimento e de passagem para a “vida adulta”. Dessa forma justifica-

se uma série de intervenções, hoje muito em evidência no Brasil, de caráter compulsório para o jovem consumidor de drogas violando direitos e abrindo mão de políticas que respondam a diferentes necessidades de reprodução social.

Cria-se, pelo consumo de drogas, uma falsa impressão de que os jovens são sujeitos facilmente influenciáveis e não têm consciência de suas escolhas.

Podemos também tomar como exemplo o consumo de drogas. Dada a magnitude e perversidade do problema, a sociedade está preocupada especialmente com o consumo entre os jovens. Como se trata de um fenômeno generalizado, paira uma falsa impressão de que todos os jovens se idiotizaram completamente, aceitando ser influenciados pelos demais para fazer uma atividade que lhes prejudica, especialmente porque resultados de estudos bastante difundidos nos diversos meios sociais mostram que entre as motivações para o consumo tem destaque a famosa influência dos amigos. E não param por aí: mostram ainda que a família está desestruturada e não consegue ensinar o que é bom e o que é ruim, não consegue promover a socialização, e assim por diante<sup>24</sup>.

A questão do consumo de drogas se torna então emblemática da perversidade do capitalismo principalmente em relação à juventude. A discussão sobre as questões mais significativas e relevantes que afetam a juventude na sociedade contemporânea são poluídas por construções simplistas sobre o consumo problemático de drogas. Outros tipos de consumo são desprezados e não fazem parte da equação.

Nesse contexto é possível dizer que há uma interação e mesmo certa confusão entre valores e norma. Cabe em primeiro lugar distinguir valores de normas. Síntese de Soares<sup>25</sup>, baseada em diversos autores, mostra que enquanto os valores são da esfera da ética, as regras dizem respeito mais propriamente à moral. Valores são definidos culturalmente a partir dos diversos interesses dos grupos sociais existentes em um determinado tempo histórico e numa determinada formação social, servindo de diretriz para direcionar as escolhas dos homens na vida social. Já as normas se referem às formas de regulamentação, que impõem regras para a vida em sociedade, “que definem e fixam os padrões de conduta, estabelecendo o que se considera conduta permitida ou proibida”.

Mudanças que ocorrem no âmbito dos valores sociais produzem modificações nas normas vigentes e

vice-versa. Esse processo é contínuo e dinâmico sendo que se convive em muitos momentos históricos com normatizações que pressionam os sujeitos a assumirem determinadas condutas que não são coerentes com suas necessidades ou possibilidades. O conjunto de valores sociais está em permanente mudança exigindo constantes posicionamentos e formas de assimilação.

Assim para compreender os valores em disputa atualmente é preciso considerar o que está acontecendo mais amplamente na sociedade, para em seguida construir argumentos que busquem as correlações entre o sistema das drogas e o conjunto de valores constituídos na contemporaneidade.

Vive-se um momento de grandes transformações nas relações que os homens estabelecem entre si e com a sua produção social, política, econômica e cultural. Momento em que o capitalismo atinge ápice de especulação do capital financeiro, o que afeta em nível global as relações sociais, multiplicando as formas de exploração do trabalho entre países e grupos detentores e centralizadores da riqueza produzida socialmente<sup>26</sup>. Nesse cenário observa-se um aumento da desigualdade social, da miséria e da pobreza concomitante a um distanciamento do Estado como lócus de promoção do bem estar social. No caso do Brasil Pereira (2012) aponta que o recente domínio neoliberal aprofundou as desigualdades sociais e impediu a política social de concretizar direitos sociais conquistados formalmente.

Desde então, sob o signo de uma nova ética capitalista de regulação social, que condena a proteção pública como direito devido pelo Estado, as políticas sociais enredaram-se na engrenagem da competitividade capitalista mundial, que têm como linha-mestra as regras antissociais do mercado<sup>27</sup>.

É nesse contexto que o sistema global das drogas toma a sua forma atual infiltrando-se nos vários âmbitos da vida social, tanto na dimensão da produção, quanto de comércio e consumo.

Essas dimensões não produzem efeitos de forma separada, como a ideologia dominante busca difundir. A demanda crescente pelo consumo de substâncias psicoativas se liga às leis do mercado, que dada a intencionalidade capitalista precisa sempre crescer e nesse sentido a produção e o consumo estão irremediavelmente conectadas. Isso ocorre com todo o circuito de mercadorias, cabendo aqui assinalar as particularidades no caso das drogas.

As contradições das políticas internacionais e brasileiras para o campo das substâncias psicoativas assinalam algumas dessas particularidades. As políticas separam as substâncias psicoativas em grupos distintos, mas que não guardam semelhanças de periculosidade, como é o caso da maconha, da cocaína e da heroína, no grupo de substâncias ilícitas. Também é o caso do álcool, do tabaco e dos medicamentos psicotrópicos na sua ampla variedade no grupo das substâncias lícitas. O critério que se diz científico é aleatório e político, para não dizer econômico, ou de interesses dominantes. Carneiro<sup>19</sup> analisa a relação entre a constituição do *regime do proibicionismo e a hipertrofia dos lucros* referindo também as contradições dos argumentos políticos e científicos para reprimir e julgar as necessidades humanas.

O proibicionismo do início do século XXI dirige-se não contra o álcool, mas contra outras drogas (os derivados de coca, ópio e cânabis e substâncias sintéticas). Seu efeito é aumentar a voracidade da especulação financeira nesse ramo de alta rentabilidade do capital<sup>19</sup>.

É possível observar ainda pela ampla literatura produzida nesse campo que os intentos das políticas públicas de impedir a produção e o comércio das drogas ilícitas assim como regular a produção e o comércio das drogas lícitas não surtiram os efeitos propagados e desejados. Dessa forma há que se reconhecer que se a demanda para o consumo de psicoativos continua crescente, as políticas para o campo das drogas precisam de profunda revisão se de fato têm a finalidade de responder aos problemas associados ao consumo prejudicial das drogas. No entanto o que a história das políticas evidencia pelas contradições apontadas é que há uma relação indissociável entre a necessidade de crescimento e expansão do capital e o sistema das drogas. Mercadorias que não fazem a máquina capitalista girar e multiplicar não são passíveis de produção em grande escala e não é esse o caso das drogas.

Viana<sup>28</sup> em análise sobre as políticas estatais de assistência social aponta a ligação do Estado com o modo de produção perfazendo o papel de mantenedor da dominação de classe.

Todos estes aspectos são expressões da luta de classes, isto é, dos interesses antagônicos das classes sociais. O Estado capitalista, tal como havia colocado Marx e Engels (1988), representa os interesses da classe capitalista e assim tem que realizar a reposição da força de trabalho, bem como diminuir os conflitos

sociais e evitar a derrocada do modo de produção capitalista, ou, em outras, palavras precisa garantir a reprodução das relações de produção capitalistas. Neste sentido, as políticas estatais de assistência social têm o objetivo de beneficiar a classe capitalista enquanto capitais individuais (reposição da força de trabalho, que não pode ser feita pelo capital) e enquanto interesse coletivo da classe capitalista (amortecimento das lutas de classes)<sup>28</sup>.

Decorre dessas formulações que o fenômeno do consumo de substâncias psicoativas não pode dispensar explicações que considerem sua relação inexorável com as dinâmicas capitalistas atuais e com as políticas que a sustentam.

#### 4. AS LIMITAÇÕES DAS CONCEPÇÕES DOMINANTES E A PERSPECTIVA DA DROGA COMO MERCADORIA

O reconhecimento da droga como mercadoria implica a consideração dos seus efeitos-fetiche para além das propriedades psicoativas de alteração dos estados de consciência. Há que se reconhecer pelos critérios científicos da psicofarmacologia que essas substâncias desencadeiam determinados estados mentais que propiciam aos usuários múltiplas vivências de sensações prazerosas, de êxtase e de alívio de sofrimento mental em níveis diversos de intensidade. Isso talvez explique o interesse sempre presente na história da humanidade pelos psicoativos. Também algumas disciplinas têm aliado as explicações psicofarmacológicas a determinados sujeitos que apresentariam características psicológicas propensas a adquirir dependências. Assim observa-se que no âmbito do consumo “problemático” e dos tratamentos de saúde as discussões em torno do tema das drogas têm estado restritas à farmacologia e à psiquiatria, conforme explica Soares et al<sup>29</sup>.

No que diz respeito às substâncias psicoativas (drogas lícitas e ilícitas), a abordagem feita pela área da saúde toma, como foco, o âmbito das características da substância (psicofarmacologia) ou o sujeito dependente (psiquiatria). Raramente são discutidas e abordadas as causas que estão nas raízes do consumo, da produção e da distribuição das drogas<sup>29</sup>.

As políticas no setor saúde se voltam então para o tratamento de dependentes e iniciativas de prevenção com objetivos e métodos voltados para afastar as pessoas das drogas, tendo como pressupostos a eliminação ou impedimento do consumo que é

entendido de forma generalizada como uma doença<sup>13</sup>. Isto resulta, conforme aponta Velho<sup>30</sup>, em formulações de caráter ideológico como a ideia de que a droga enfraquece a moral, fazendo com que os indivíduos sejam mais facilmente seduzidos, corrompidos ou enganados. Também reforça, no campo da saúde, a ideia do drogado como um doente e sua relação com a anormalidade, o “desvio”, e a doença mental.

Essas concepções comungam do fundamento de que o problema central está na droga (como substância perigosa somente do ponto de vista dos seus efeitos psicoativos) e/ou simplesmente no sujeito (devido a uma fragilidade ou vulnerabilidade inerente à sua herança genética ou familiar). Portanto o que se assimila no âmbito do imaginário social é que as políticas deveriam se voltar para eliminar as drogas da sociedade e tratar os “sujeitos vulneráveis” através de respostas punitivas e de encarceramento e quando muito a proposição de penas alternativas, ou ainda, no setor da saúde, através do tratamento tendo como foco à abstinência do uso de qualquer substância<sup>13</sup>.

No entanto balizar as explicações pelos excessos, abusos e problemas relacionados ao consumo no contexto contemporâneo a partir dessas considerações torna a análise restrita ao âmbito das experiências e consequências individuais e desconectadas da realidade social, menosprezando-se o caráter histórico-social do fenômeno e as relações com a totalidade da vida social. Essas relações implicariam na constituição de novas formas de valorização dos produtos criados, em que a droga assume valor de mercadoria, tem função e base econômica que servem ao propósito de transmissão de valores atinentes a tal lógica capitalista<sup>3</sup>.

A forma-mercadoria das substâncias psicoativas está indissociavelmente relacionada com o trabalho alienado no capital, ou seja, é produzido nos mesmos moldes de produção dos demais produtos, nesse modo de produção que torna o próprio trabalho uma mercadoria<sup>28</sup>. As relações mercantilizadas enquanto *formas de regularização capitalista*<sup>31</sup> se naturalizam no processo da vida social e dificultam a percepção da relação fetichizada com os produtos dos processos de produção. Também a satisfação de necessidades pelas substâncias psicoativas aparece para o consumidor como uma experiência puramente corporal de modificação de sensações e formas de percepção de sua condição física e psíquica, como sendo um tipo de relação natural e não uma construção social, reforçando o efeito fetiche e a alienação. Fleck<sup>32</sup> em artigo que discute o conceito de fetichismo em Marx se refere à dupla existência da mercadoria, o que pode

esclarecer as dificuldades em compreender o valor do trabalho intrínseco a esta.

(...) A mercadoria, e nisto ela se distingue do mero produto do trabalho que não é trocado, possui uma dupla existência: por um lado, é o objeto concreto, algo útil que é de alguma forma consumido, sensível, físico, palpável; por outro, é um objeto abstrato, um receptáculo que corporifica um determinado tempo de trabalho, algo impossível de se perceber por meio dos sentidos, metafísico, impalpável<sup>32</sup>.

Dessa forma, também na relação dos indivíduos com as drogas o valor do trabalho capitalizado que torna o produto objeto do capital e dotado de valor de mercado fica obscurecido, sendo esse o aspecto misterioso, estranho ou fetichizado da mercadoria.

Marx<sup>33</sup> nos manuscritos econômico-filosóficos em que discute o *trabalho estranhado* e a *propriedade privada* descreve os mecanismos de alienação do trabalho no capitalismo e a relação com as mercadorias.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral<sup>33</sup>.

O conceito de fetichismo anterior ao desenvolvido por Marx é referido por Fleck<sup>32</sup>, que mostra sua filiação à concepção mágico-religiosa.

A palavra “fetichismo” deriva de “fetiche”. “Fetiche”, em português, deriva da palavra francesa “fétiche”, a qual, por sua vez, tem sua origem na portuguesa “feitiço”. Esta última, por fim, remete à latina “facticius”, significando aproximadamente o mesmo que “artificial”. O dicionário Le Petit Robert enumera três significados para “fétiche”: “1. Nome dado pelos brancos aos objetos de culto das civilizações ditas primitivas”, “2. Objeto ao qual se atribui um poder mágico ou benéfico” e “3. Aquilo que é reverenciado sem discernimento<sup>32</sup>”.

Para Fleck<sup>32</sup> Marx aponta para *uma identidade profunda que une a prática da troca de mercadorias à adoração de objetos inanimados*.

A droga é assimilada no imaginário social, desde sua eleição como um *mal a ser combatido*<sup>19</sup>, no início do século XX, até seu acirramento com a guerra contra as drogas, à maneira das “crenças mágico-religiosas” que atribuem poderes mágicos à substância. Se o fetiche significa a atribuição de poder a um objeto feito mercadoria, a droga como tal assume poderes enigmáticos nas subjetividades dos sujeitos no contexto atual. É inegável, tanto pela experiência histórica do homem como por algumas evidências da psicofarmacologia, que o consumo de uma substância psicoativa produz efeitos concretos de alteração da psicoatividade. Mas o poder de aprisionamento no objeto não se resume a essa experiência sensorial e sim ao efeito fetiche que mistura componentes “místicos” (e não é a toa que várias frentes que lançam enunciados contra as drogas têm vertente religiosa) ao seu estatuto de mercadoria com o concomitante temor da perda da razão e da liberdade, ficando o sujeito à mercê do impulso e da experiência emocional, como se fossem incontroláveis. Se a constituição de um fenômeno na história humana marca somente o seu caráter maligno, como é o caso das drogas (em especial as ilícitas), certamente esse aspecto vai ser preponderante como uma marca simbólica nas subjetividades, socialmente constituídas. O fato curioso que realça o seu valor fetiche capitalista é que a produção de drogas, seja no âmbito lícito ou ilícito, se manteve em ascensão como qualquer outra mercadoria, pois esta é a finalidade do sistema: produzir cada vez mais mercadorias já que a razão de ser é a ampliação e multiplicação do capital mesmo que signifique a exploração, a opressão e a perda de valores essenciais para manutenção da vida.

A crítica ao capitalismo se torna assim semelhante à crítica à religião e à superstição, pois em todos estes casos as crenças subjetivas dos homens, que se objetivam em instituições e mesmo em costumes, impedem que estes tenham uma relação racional com o mundo, relação esta que faria dos homens seres autônomos, isto é, criadores conscientes de seu mundo social circundante (...)<sup>32</sup>.

Compreender o fetiche das substâncias psicoativas na forma-mercadoria requer considerar as novas necessidades que vão se constituindo no contexto do capitalismo. As necessidades que impulsionam o

consumo de mercadorias, dentre essas as substâncias psicoativas, também se alienam como formas humanas naturais de satisfação pelos objetos imprimindo marcas na subjetividade, daí a necessidade de *repetição da experiência*<sup>34</sup>. Dessa forma se constitui uma relação de consumo que inclui as *necessidades alienadas* nos objetos, tornando-os inseparáveis do processo de busca de *satisfação e realização humana*. Ou seja, a busca de satisfação e realização é projetada na mercadoria. Reforça-se enfim uma atmosfera propícia para a reprodução e ampliação do capital.

Desse ponto de vista, em que preze os esforços de controle e repressão, a produção e o comércio tendem a crescer desenvolvendo mecanismos mais sofisticados para fazer chegar o produto ao consumidor potencial, tornando este mais atrativo e modelado aos diversos públicos. Neste sentido o “poder exercido” pela substância não estaria restrito às necessidades de alteração da psicoatividade, mas em primeira instância ao seu poder enquanto mercadoria, ao fetiche conforme refere Marx<sup>5</sup>.

Do ponto de vista da compreensão que desenvolvemos a partir da saúde coletiva, essa é a hipótese mais provável do crescimento do consumo tanto para o conjunto de substâncias lícitas como para as ilícitas e ela corrobora para compreender o fracasso das políticas proibicionistas e repressivas no enfrentamento dos problemas sociais relacionados.

Cabe esclarecer, como vimos reiterando em outros espaços, que esta forma de conceber a questão do consumo de substâncias psicoativas se diferencia das demais pelo caráter histórico-social da análise, que engloba um conjunto de saberes críticos que tem como perspectiva o fortalecimento de sujeitos críticos e politizados na busca de emancipação. Não se restringe, portanto à meta simplória e irreal de buscar sujeitos abstinente ou de eliminar as drogas, como propagado pela ideologia dominante, que camufla a exploração e a marginalização produzidas pela desigualdade social na aposta em sujeitos “desviantes”, inadaptados, rebeldes, fracos e incorrigíveis.

O consumo de substâncias psicoativas na contemporaneidade não está desvinculado do consumo das mercadorias em geral e em particular dos mecanismos de exploração do trabalho como mercadoria a serviço da multiplicação do capital.

Nesse sentido, se levantará a seguir uma série de argumentos que vem ajudando a constituir as bases para a consolidação dessa formulação, e que vem sendo apropriados e desenvolvidos pelos trabalhos do

Grupo de Pesquisa Fortalecimento e Desgaste no trabalho e na vida: bases para a intervenção em saúde coletiva<sup>3,4,13</sup>.

Carneiro<sup>19</sup>, da história, refere que as drogas passaram do início do século XX em diante a ser objeto de grande interesse internacional, adquirindo o papel de principal ramo do comércio mundial quando se considera “(...) os cerca de 500 bilhões de dólares do tráfico ilícito, e acrescentando os capitais das drogas legais, como o álcool e o tabaco, mas também o café, o chá, etc., além das drogas da indústria farmacêutica<sup>19</sup>”.

Ainda o autor acrescenta que o século XX foi o “momento em que esse consumo alcançou a sua maior extensão mercantil, por um lado, e o maior proibicionismo oficial por outro<sup>19</sup>”.

Para Rodrigues<sup>21</sup>, autor do campo das relações internacionais e ciência política, antes de se consolidar o proibicionismo como uma política oficial, algumas drogas, hoje proibidas (como cocaína e heroína), eram disputadas nos mercados lícitos de vários países, fazendo parte de um “lucrativo comércio legal que envolvia interesses de potências do período, suas indústrias farmacêuticas e suas estratégias geopolíticas no globo”.

Tratando da relação capitalismo-droga, Baratta<sup>35</sup>, da criminologia crítica, assinala que a mercantilização selvagem das drogas tem relação direta com a mercantilização geral de todas as coisas, resultando em um sistema de relações de produção em que prevalece a lógica das necessidades de reprodução do sistema em detrimento de outras necessidades dos homens. Nesse sentido a demanda pelo consumo de drogas na atualidade estaria diretamente relacionada aos mecanismos do capital, “como tributária da necessidade de evadir-se das angústias produzidas pela realidade”.

Uma análise de Kaplan<sup>36</sup> sobre tráfico de drogas, soberania estatal e segurança nacional permite traçar correlações entre o fenômeno atual do narcotráfico e a crise global gerada pelo capitalismo. Segundo esse autor o narcotráfico deve ser considerado, por um lado, como um componente do contexto global representado pelo alto grau de concentração de poder em escala mundial, pela mutação do “neocapitalismo” nos centros desenvolvidos, pela “transnacionalização”, pela nova divisão mundial do trabalho e pela terceira revolução industrial e técnico-científica. Globalização esta na qual os países de capitalismo periférico se inserem e da qual provém poderosa restrição externa a seus interesses nacionais e à sua transformação progressiva. Ainda o autor se refere a situações,

processos e crises estruturais desses países, aos limites encontrados e aos fracassos e efeitos negativos de seus esforços de desenvolvimento. Nesse cenário, de insuficiências e distorções e de crescimento econômico insuficiente, é que o narcotráfico encontra um terreno propício para o seu fortalecimento e desenvolvimento. A dinâmica do capital com os objetivos de expansão e lucro torna-se mecanismo poderoso de inserção de famílias e jovens de classes inferiores no mercado ilícito de trabalho culminando em diversos problemas sociais e de saúde.

No contexto contemporâneo o consumo de drogas assume determinadas características de respostas dos sujeitos a um conjunto de novas necessidades sociais em ascensão no capitalismo. Dessa forma a condição de mercadoria incorpora tanto a sua função de valor para o capital (daí o crescimento das indústrias e do mercado das drogas lícitas e ilícitas) como a sua função de valor de uso como objeto que *satisfaz* um conjunto de novas *necessidades*.

Para Soares<sup>3</sup> e Soares e Campos<sup>4</sup> ainda a droga se evidenciaria no cenário contemporâneo pelo seu caráter de mercadoria que responde às necessidades de reprodução do capital. Dessa forma há relações diretas entre o sistema de produção e comércio com o âmbito do consumo. Há um entrelaçamento entre as necessidades de expansão do capital e reprodução do sistema com as necessidades de consumo, dentre essas o consumo de psicoativos.

Na sociedade de mercado, há estímulo à moral do prazer, obtido pelas sensações, pelo corpo, que passa a adquirir valor maior na constituição da subjetividade e dificulta a participação e o compromisso dos indivíduos no objetivo de bem comum. Uma vez que prolongar a excitação é também a maneira de prolongar as sensações físicas, os indivíduos devem recorrer a objetos – dentre eles, as drogas – para estimulação permanente de variadas formas<sup>34</sup>. Nesse contexto, a droga apresenta-se como uma mercadoria potente para responder a essas necessidades de valorização do fugaz e de enaltecimento do prazer imediato. Não é à toa que ela vem se colocando como uma opção de consumo importante para mitigar os desgastes advindos do desemprego e da flexibilização do trabalho, da desproteção social e da substituição dos laços de solidariedade pelas armadilhas da competição<sup>4</sup>.

## 5. A CONSTITUIÇÃO DE VALORES E DE NOVAS NECESSIDADES: IMPACTOS NA SUBJETIVIDADE

A busca por bem-estar e resolução dos problemas cotidianos em uma sociedade que valoriza a capacidade competitiva individual em condições extremamente desiguais de acesso aos bens produzidos socialmente pode gerar condições de alienação e sofrimento em que as saídas individuais possíveis se encontrariam no consumo prejudicial de psicoativos. Considerando que o jovem se depara com as incertezas em relação à sua ascensão ao mundo do trabalho, condição essa que lhe daria maior autonomia para gerir sua vida, e em condições desiguais de reprodução social a busca por soluções imediatas e de distanciamento de sua realidade podem estar relacionadas ao consumo prejudicial de psicoativos.

[...] Não é à toa que ela (droga) vem se colocando como uma opção de consumo importante para mitigar os desgastes advindos do desemprego e da flexibilização do trabalho, da desproteção social e da substituição dos laços de solidariedade pelas armadilhas da competição<sup>4</sup>.

No âmbito do comércio Monica Franch<sup>37</sup>, da antropologia, destaca a relação entre tráfico e trabalho para jovens de periferia. A autora também relaciona a precarização do trabalho como explicação para o envolvimento de jovens de periferia com o comércio ilegal.

As motivações para o envolvimento dos jovens no comércio clandestino de armas e drogas são usualmente atribuídas ao impacto da sociedade de consumo entre os jovens de periferia (embora não apenas entre estes) e à perda de importância do trabalho como referencial moral, entre outros aspectos<sup>37</sup>.

As necessidades de valorização do externo, da aparência, das imagens combinam cada vez mais com a ambiência contemporânea. Para Brites<sup>38</sup>, da área de serviço social, o consumo de drogas.

Responderia às finalidades de busca de prazer, de desempenho, de sociabilidade, de transcendência, de alteração de percepções e sensações só que agora numa ambiência cultural que valoriza a intimidade, que despreza o espaço público e as ações coletivas, que valoriza o espetáculo e estimula o consumo ilimitado de imagens e de produtos como únicas formas de satisfação de necessidades<sup>38</sup>.

Para Carneiro<sup>19</sup> “o consumo das mercadorias fetiches é estimulado por complexos e cada vez mais poderosos mecanismos de criação de comportamentos de consumo compulsivo”. Assim, segundo o autor, se instaura o ideal de uma sociedade cada vez mais viciada: “em alimentos, em roupas, em carros”. Uma sociedade cujas

(...) diversas práticas sociais tomam características compulsivas: as torcidas esportivas viciam-se em seus times e adotam comportamentos de dependência, os próprios esportistas, pressionados pela indústria da quebra dos records, viciam-se literalmente em suas próprias endorfinas, quando não tomam simplesmente aditivos hormonais ou excitantes. Diversas práticas como o alpinismo ou a direção de carros velozes, tomam a mesma dimensão viciante e socialmente arriscada de certos consumos de drogas<sup>19</sup>.

Portanto se observam mudanças significativas que produzem impactos nas diversas formas de socialização e na constituição de valores. Os valores apresentam-se nesse referencial como formas de consciência e pensamento (representações da realidade social) constituídas no interjogo das relações sociais, atribuições que damos às coisas e à própria vida e que apreendemos e reproduzimos no cotidiano. Assim os valores retratam não somente as aspirações individuais, mas o que está em jogo enquanto formas de valorização social em um determinado contexto histórico-social<sup>39</sup>.

Birman<sup>8</sup>, da área da psicanálise, autor também da saúde coletiva que contribui com a discussão crítica da sociedade contemporânea, exemplifica de maneira muito adequada a referência à constituição de valores a partir da dinâmica da sociedade como um todo. Ele se refere às formas de mal-estar na modernidade com referência ao contexto brasileiro. Para o autor a subjetividade é concebida como “uma construção histórica, perpassada que é sempre por valores”. No cenário contemporâneo esta teria como marca o desamparo que no contexto de ausência do Estado e de políticas econômicas voltadas para o capital financeiro traz consequências alarmantes.

Os efeitos mais espetaculares disso são o gigantesco incremento da violência, da criminalidade e da delinquência. Essas caracterizam hoje o mal-estar da brasilidade, ocupando diariamente todas as manchetes de nossos jornais e revistas. São Paulo é considerada, hoje, a cidade mais perigosa do mundo, ultrapassando mesmo Bogotá, com

sequestros quase diários, que já se naturalizam no seu cotidiano. Há constantes rebeliões em presídios, indicando de forma escandalosa a quebra total do sistema de segurança pública e social, efeitos marcantes que são do esvaziamento do Estado do bem-estar social e da minimização do Estado brasileiro promovidos pelo modelo neoliberal dominante<sup>8</sup>.

Birman<sup>8</sup> discute ainda o incremento cada vez maior da desigualdade na distribuição das condições para o que chama de “gozo próprio”, condição adquirida pelas características narcísicas da subjetividade contemporânea. Esse incremento estaria produzindo uma “proletarização das classes médias”.

(...) O querer gozar a qualquer custo, com os signos ofertados pelo corpo e pelo consumo, dissemina-se agora indiscriminadamente em todas as classes e segmentos sociais, diante da incapacidade das elites de redistribuir o gozo que acumularam. Como isso se mostra impossível, a violência, a criminalidade e a delinquência se constroem e se movimentam infinitamente como patologias sociais, diante das quais não existem soluções tangíveis. Por isso mesmo, tudo converge e se condensa simbolicamente na cena social brasileira na questão da segurança, pública ou privada, pouco importa<sup>40</sup>.

Dessa forma Birman<sup>8</sup> contribui para explicar alguns problemas da sociedade brasileira nas últimas décadas e para compreender as respostas sociais, as formas de resistência levadas a cabo pela população mais atingida para fazer frente às dificuldades presentes na vida social.

Porém, ao lado disso, o messianismo se dissemina largamente no imaginário social brasileiro. O desamparo, convertido agora em desolação e masoquismo, leva as subjetividades irresistivelmente para a busca frenética de quem os salve das misérias do mal-estar e que possa lhes oferecer alguma forma de proteção possível diante da ausência de um efetivo legislador. A religiosidade se desenvolve com tanta intensidade no Brasil de hoje em função dessa busca espiritual de proteção, diante da escandalosa incapacidade das instâncias terrenas de a promoverem minimamente<sup>8</sup>.

Cabe aqui trazer novos elementos para a discussão sobre a questão do consumo a partir dos argumentos

apresentados por Costa<sup>34</sup>, outro autor da psicanálise, que desenvolve perspectiva crítica e contextualizada sobre os problemas atuais. Para o autor o consumo se configura como um meio de realização pessoal e “essa aspiração à realização é o motivo do anseio pelos objetos ditos de consumo”. O que contribui para a produção do desejo de consumir está relacionado à moral do trabalho e do prazer. Sobre a moral do trabalho aponta transformações ocorridas nas últimas décadas que alteraram a imagem do “trabalhador”.

(...) Os indivíduos, afetados pela competição crescente por empregos inseguros, começaram a adaptar suas condutas psicológicas ao perfil social do “vencedor”. O “vencedor” deve ser maleável, criativo, afirmativo e, sobretudo, superficial nos contatos pessoais e indiferente a projetos de vida duradouros. Para ganhar mobilidade no volátil mundo do emprego, ele deve aprender a não ter elos sólidos com a família, lugares, tradições culturais, antigas habilidades e, por último, com o próprio percurso biográfico<sup>34</sup>.

Este novo indivíduo apresenta como característica a não fixação em identidades passadas, percebendo o mundo como um espaço de circulação permanente e que jamais projeta o futuro a partir das condições de vida presentes. Dessa forma a aquisição de objetos é a possibilidade de possuir algo “mais estável e mais mutável<sup>34</sup>”.

De mais estável porque são as únicas coisas que o sujeito transporta consigo onde estiver e para onde for; de mais mutável por serem facilmente trocáveis se a nova condição social de trabalho assim exigir. Em outros termos, a posse de mercadorias permitiu ao indivíduo preservar a necessidade psicológica de estabilidade sem renunciar à elasticidade pessoal exigida pelo mundo dos negócios<sup>34</sup>.

Assim através dos objetos que consome o indivíduo se percebe valorizado podendo exibir o sucesso profissional e social.

(...) O aparato de objetos caros e elegantes é o signo, por excelência, da distinção social de seus possuidores. Por isso passaram a fazer parte da identidade pessoal dos mais abastados e, por extensão, da imensa maioria da sociedade. É entendível, assim, que a compra incessante de novos produtos se torne uma “demanda imaginária” tão coercitiva quanto qualquer “necessidade biológica”. Afinal, ninguém se contenta em

sobreviver fisicamente, pelo consumo de nutrientes. Somos seres de cultura que não têm apenas fome de pão, mas também de prestígio social. A satisfação em se sentir aprovado e admirado é um item indispensável para o equilíbrio emocional de todos nós<sup>34</sup>.

Costa<sup>34</sup> refere que a moral do prazer é “o maior triunfo do imaginário consumista”, porém o que se destaca no cenário atual é a busca do prazer sensorial, ou melhor, de um “ideal de prazer”.

O que mudou foi o valor que passamos a atribuir às sensações físicas prazerosas na constituição das subjetividades. Esse valor foi enormemente inflacionado e veio a se tornar um ponto de apoio privilegiado na constituição das identidades pessoais<sup>34</sup>.

A necessidade imperiosa do prazer físico conduz o sujeito a buscas intermináveis de novas sensações passando a “depende, cada vez mais, da diversidade e da constância dos objetos<sup>34</sup>”.

(...) Como sem objetos não há prazer e como um mesmo objeto esgota rapidamente sua capacidade de despertar a excitação sensorial, é preciso ter sempre à mão algo com que gozar. Além disso, esse algo deve ser permanentemente substituído, para que o hábito não enfraqueça a intensidade do estímulo e elimine o gozo. Por esse motivo, o ciclo de consumo dos objetos se tornou interminável. Além de procurar objetos próprios à excitação dos sentidos relacionais, ou seja, os cinco sentidos, os sujeitos procuram manter em alta intensidade o gozo sexual, o frisson das experiências motoras violentas e o êxtase sensorial neurofisiologicamente induzido por drogas psicoativas etc<sup>34</sup>.

Dessa forma, segundo Costa<sup>34</sup> é através dessas novas necessidades imediatas e passageiras que o *imaginário do mercado e do consumo* se sustentam. Portanto não restringe as explicações para o consumo ao poder de influência da publicidade, da moda ou ainda pela iniciativa de “sujeitos livres e autônomos”, mas aponta para a constituição de novas formas de subjetivação referidas também por Birman<sup>8</sup>.

A perspectiva trazida por Costa<sup>34</sup> remete a um sujeito envolto em subjetividades que privilegiam o prazer sensorial. Esta característica condiz com algumas das particularidades da mercadoria-droga, as

que oferecem concretamente modificação imediata nas sensações.

Tomando como exemplo a indústria de medicamentos psicotrópicos se observa que o *marketing* se vale de promessas de soluções mágicas para resolver o mal estar atual. Um exemplo é a promessa do corpo *perfeito* ou a magreza como ideal, que estimulou o crescimento em grande escala do consumo de anfetaminas e antidepressivos por jovens mulheres com a finalidade de emagrecimento rápido, resultando, muitas vezes, em graves problemas de saúde<sup>41,42</sup>.

Também se observa a expansão e crescimento da indústria de drogas lícitas, com a produção em grande escala de bebidas alcoólicas e tabaco, a partir da correlação entre o consumo de substâncias e as sensações de *status*, segurança, sucesso, ascensão, prazer, aumento da capacidade e potência, etc. Assim, as bebidas mais caras dão maior *status* e vice-versa, existindo padrões diferentes de consumo de álcool dependendo do lugar que o jovem ocupa na divisão social. Ou, conforme salienta Franch<sup>37</sup>,

(...) Certas mercadorias representam, para eles (os jovens), estilos de vida, marcas de poder que garantem prestígio junto aos iguais e sucesso nas conquistas amorosas: roupas, carros e também certas bebidas e drogas como o whisky e a cocaína. Ainda a força econômica das empresas de bebidas pode ser vista pela quantidade e qualidade de propagandas em todas as mídias, onde o consumo de álcool aparece associado ao glamour, à juventude, à beleza e à alegria<sup>37</sup>.

A compulsão ao consumo de drogas, como acontece com outras mercadorias, teria relação com o mal-estar contemporâneo, conforme discutido por Birman<sup>8</sup>, que destaca algumas modalidades de compulsão que se naturalizam, não restrita às drogas ilegais, mas também àquelas

(...) legitimadas cientificamente pela medicina e pela psiquiatria, como no caso os medicamentos psicotrópicos (ansiolíticos, antidepressivos, estimulantes), que são receitados pelos médicos e psiquiatras, para regular o mal-estar dos indivíduos, além, é claro, dos analgésicos de potência variável. A subjetividade se apresentaria então como essencialmente narcísica, não se abrindo para o outro, de forma a fazer um apelo. Porque na cultura do narcisismo, as insuficiências não podem existir, já que essas desqualificam a subjetividade, que deve ser auto-suficiente. Aqui se encontra um terreno

propício onde a psiquiatria biológica pode florescer, já que com os psicofármacos pode fazer o curto-circuito do sofrimento e atender diretamente aos reclamos da dor, sem qualquer apelo<sup>8</sup>.

Para Birman<sup>8</sup> a compulsão se refere a uma “repetição incansável da ação, que assume o caráter de imperativo” para o eu. Para o autor essa seria uma explicação para o aumento da demanda pelo consumo abusivo de substâncias psicoativas.

É necessário destacar algumas das modalidades de compulsão que se banalizaram na contemporaneidade. Antes de mais nada, a compulsão presente no uso de drogas. As toxicomanias constituem uma das formas comuns do mal-estar, inscrevendo-se em diferentes faixas etárias e classes sociais, impondo-se no cenário social e nas políticas de saúde pública. É preciso não ser ingênuo na leitura dessas compulsões. As toxicomanias, com efeito, não se restringem ao uso de drogas ilegais, produzidas e comercializadas pelo narcotráfico, mas incluem também as drogas ilegais, legitimadas cientificamente pela medicina e pela psiquiatria. Refiro-me, assim, aos medicamentos psicotrópicos, que são receitados pelos médicos e psiquiatras, para regular o mal-estar dos indivíduos, além, é claro, dos analgésicos de potência variável. Dos ansiolíticos aos antidepressivos, passando pelos estimulantes, a farmacopeia médica oferece um vasto cardápio de possibilidades<sup>8</sup>.

A proliferação de um cardápio cada vez mais amplo de substâncias psicoativas, em que pese os usos terapêuticos e consumos benéficos, se relaciona em grande medida com outras necessidades que se impõem nos modelos de felicidade e realização atuais. Assim o consumo compulsivo se liga ao imediatismo, à rapidez e à fluidez que invadem a vida social. Ainda a promessa de solução imediata para os incômodos e tensões pode se ligar a um conjunto de psicoativos: o consumo abusivo de anfetaminas pode estar relacionado ao ideal de possuir um corpo *perfeito*; a cocaína como ideal de potência e capacidade ilimitadas; os antidepressivos, ansiolíticos e estabilizadores de humor como soluções imediatas para o sofrimento; o consumo de álcool e tabaco como artifícios insubstituíveis de sociabilidade; enfim de formas ilimitadas de medicalização da vida social e alienação da capacidade de pensamento, reflexão e crítica.

Cabe ressaltar que, do ponto de vista da saúde coletiva, os valores em relação ao consumo de substâncias psicoativas estão referidos às diferenças de classe social. Assim sugere-se que

(...) as abordagens sobre o uso de drogas são, como todas as demais modalidades de práxis, saturadas de posições de valor que necessitam ser desveladas. Em primeiro lugar porque na sociedade capitalista os valores podem objetivar interesses de classes<sup>38</sup>.

Essa tendência é mais bem compreendida a partir da dinâmica que se instalou nas sociedades com a crise do capitalismo dos anos 70 propagadora de condições de vida cada vez mais desiguais entre as classes sociais, com a produção em grande escala de diversos bens e produtos e, ao mesmo tempo, dificuldades de acesso a esses bens pela maioria das populações do mundo. Dessa forma, conforme refere Soares<sup>3</sup>, toma-se como pressuposto que a condição de grupo ou classe social determina diferentes processos relacionados ao consumo de psicoativos, corroborando para diferentes formas de consumo, diferentes contextos de relações no circuito do mercado e diferentes desfechos relacionados.

A discussão em torno da temática do consumo de substâncias psicoativas no contexto brasileiro tem se dado no plano midiático e político, comumente em tom alarmista, resultando em cenário confuso, pouco esclarecedor e repleto de desesperança aos que sentem o problema de perto. As formulações que sustentam o imaginário social nesse campo reproduzem amplamente a ideologia dominante, dificultando o processo de crítica. Diferentemente de outras temáticas que envolvem problemáticas tão ou mais graves, a forma dramática dada ao consumo de substâncias psicoativas revela as formas perversas pelas quais os intentos capitalistas camuflam os mecanismos de acumulação e exploração do capital e as consequências trágicas que perfazem o cotidiano de muitos.

Cabe salientar que a questão das drogas tem servido de sustentáculo, pela política brasileira e pela mídia, para justificar ações estatais de repressão e controle da população socialmente marginalizada, que ocupa as ruas das cidades, sem horizontes para o resgate de sua cidadania. São acusados de serem sujeitos errantes, usuários de crack que não têm consciência dos seus atos, que praticam violência e se lançam para a criminalidade. Dessa forma se justifica a consolidação de um conjunto de intervenções judiciais

que, quando muito, vale-se de avaliações psiquiátricas para atestar a incapacidade dos usuários.

Em São Paulo o consumo de crack tem sido fortemente relacionado a grupos excluídos em contextos de extremo abandono, em relação direta com a criminalidade, sendo elevado à condição de um problema de grande magnitude. As respostas políticas a esses problemas têm se pautado na perspectiva reducionista da “dependência química”, sendo os sujeitos objetos de ações coercitivas já que são qualificados de doentes e inconsequentes.

Em estudo levado a cabo por Raupp e Adorno<sup>43</sup> foi possível observar o cotidiano de sujeitos que consomem crack em uma determinada região do centro de São Paulo. O estudo apontou uma teia de relações e disputa de interesses que se conformam nessa região revelando a ocupação desse espaço urbano por diversos atores. Entre eles figuram: comerciantes, moradores e o aparato repressivo, ou seja, a polícia. Para os autores o que se configura é um cenário complexo que precisa ser melhor investigado que não se restringe ao consumo de crack por um determinado grupo de sujeitos, mas refere-se a amplo circuito de relações que se constituem.

Ambos os episódios descritos, juntamente com a discussão sobre as políticas municipais para a região, apontam para a existência de um “campo de forças” nos circuitos de uso, no qual os usuários e suas práticas seriam apenas uma parte da teia de relações e interesses existente. Nessa “confusão de idiomas” podemos reconhecer diferentes formas de ocupar, projetar e significar o espaço em questão, as quais remeteriam a distintas estruturas de significado que organizariam a ação e a visão de mundo de cada um dos atores sociais (...)<sup>43</sup>.

Uma das questões centrais que se relacionam com o circuito do consumo de drogas é a sua estreita relação com o trabalho, ou seja, o fato da droga se configurar como uma mercadoria. Essa característica coloca em discussão os âmbitos das necessidades de consumo que se ligam a um mercado consumidor em ascensão, portanto necessita do trabalho humano para levar a cabo a produção e o comércio. Ao tempo em que a necessidade de trabalho que minimamente supra necessidades de sobrevivência de grande parte da população tenha escoamento justamente no submundo do tráfico. Raupp e Adorno<sup>43</sup> observaram no estudo citado uma relação quase que indissociável entre necessidades de consumo e trabalho no contexto do tráfico.

Quanto aos traficantes, a alusão a uma organização subjacente ao tráfico local aponta para uma complexidade ainda maior, inerente às grandes redes de tráfico, com seus braços internacionais e colaboradores dentro dos espaços oficiais. Contudo, paralelamente a tal organização subsistem inúmeros microtraficantes que vendem drogas para garantir sua subsistência, assegurar seu suprimento de crack, ou ambos, sendo estes mais visíveis e também mais expostos às consequências dessa prática ilegal. Apesar dos riscos desse tipo de comércio, e a despeito dos julgamentos morais pertinentes, é esse tipo de economia informal – entre as tantas outras que coexistem nas ruas da região central – que permite a essas pessoas adquirir o mínimo para sua sobrevivência em face de sua situação de vulnerabilidade social<sup>43</sup>.

As perspectivas ideológicas sobre o consumo de substâncias psicoativas somente contribuem para reforçar ainda mais a alienação e as *múltiplas formas de fetichizações* e reificações que *poluem e permeiam o mundo do trabalho*, e em que o *consumo de mercadorias também está em enorme medida estruturado*<sup>7</sup>.

Nesse cenário os conhecimentos e pesquisas advindos do campo da saúde coletiva vêm aceitando o desafio de buscar articulação com outras áreas do conhecimento para expor as raízes dos problemas sociais relacionados ao consumo de psicoativos e propor práticas sociais coerentes.

## NOTAS

- I. Este texto foi extraído da tese de doutorado de Vilmar Ezequiel dos Santos.
- II. A expressão é de Viana (2007) e se refere a uma crítica às limitações dos conceitos de infra-estrutura e superestrutura levada a cabo por pensadores posteriores a Marx, como Althusser e Gramsci. Esses autores colocam ênfase no papel da superestrutura e a torna equivalente à noção de Estado. Desta forma o novo conceito proposto por Viana engloba o estado, as instituições estatais e privadas, as normas legais, a sociabilidade, as ideologias e a cultura em geral. Há uma unidade e uma oposição entre o modo de produção e as formas de regularização. A unidade se refere à reprodução do modo de produção e à oposição aos interesses de classe existentes.
- III. Para Ricardo Antunes a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme denominação do autor (Antunes, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção. Mas ela vem presenciando no contexto atual um processo multiforme. Antunes (2004) busca analisar as principais mutações na objetividade e subjetividade do mundo do trabalho e apreender as principais determinações concretas da crise e das metamorfoses no contexto da mundialização do capital.

- IV. Heller (1986) em sua obra "Teoría de las necesidades em Marx" (Ediciones Península, Barcelona, 1978. Segunda edición, 1986) refere que as necessidades "propriamente humanas" são dotadas de caráter qualitativo, o que as distingue das necessidades alienadas, de caráter quantitativo. Para a autora com o desenvolvimento do capitalismo essas últimas vêm se tornando dominantes estando relacionadas a necessidades de dinheiro, de poder e de propriedade. Já as necessidades qualitativas se referem às necessidades de reflexão, amizade, amor, realização e outras, não se confundindo com acumulação infinita de objetos.
- V. Informações extraídas de entrevista à imprensa (revista Isto É disponível em: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/11/12/pedro-abramovay-estamos-prendendo-as-pessoas-erradas>).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Paim JS, Almeida Filho N. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? Rev saúde pública 1998; 32(4):299-316.
- Salum MJL, Queiroz VM, Soares CB. Pesquisa social em saúde: lições gerais de metodologia - a elaboração do plano de pesquisa como momento particular da trajetória teórico-metodológica. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Saúde. São Paulo; 1999. p. 39.
- Soares CB. Consumo contemporâneo de drogas e juventude: a construção do objeto da perspectiva da saúde coletiva [livre docência]. Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.
- Soares CB, Campos CMS. Consumo de drogas. In: Borges ALV, Fujimori E, (orgs.). Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. Barueri: Manole; 2009. p.436-68.
- Marx K. O capital: crítica da economia política. Volume I: o processo de produção do capital. Gorender J (apresentador), Singer P (coord.). Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Gothe. Editora Nova Cultural Ltda; 1996. Disponível em: <http://www.slideshare.net/Gabrielidibernardi/os-economistas-karl-marx-o-capital-critica-da-economia-politica-vol-i>. Acesso em: 12.10.2013.
- Bottomore T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001.
- Antunes R, Alves G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educ soc 2004; 25 (87):335-351.
- Birman J. Arquivos do mal-estar e da resistência. Rio de Janeiro: civilização brasileira; 2006.
- Antunes R. Adeus ao trabalho? São Paulo: Cortez; 1995.
- Fleck A. O conceito de fetichismo na obra marxiana: uma tentativa de interpretação. Ethica 2012; 11(1):141-58.
- Escohotado A. Historia general de las drogas. Madrid: Alianza; 1989.
- Carneiro H. Transformações do significado da palavra "droga": das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: Venâncio RP, Carneiro H, Gonçalves AL,(orgs.). Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo: Alameda; 2005. p.11-27.
- Santos VE. (Dissertação). O objeto/sujeito da redução de danos: uma análise da literatura da perspectiva da saúde coletiva.. Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo; 2008.
- Ribeiro MR, Seibel SD (org.). Drogas: hegemonia do cinismo. São Paulo: Memorial; 1997.
- Bucher R. Drogas e drogadição no Brasil. Porto Alegre: Artes Médicas; 1992.
- Zaluar A. A criminalização das drogas e o reencanto do mal. In: Zaluar A (org.). Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense; 1994. p.97-128.
- Ott J. Phamacotheon: drogas enteogénicas, sus fuentes vegetales y su historia. Barcelona: La Liebre de Marzo; 2000.
- Zaluar A. Drogas: Uma reflexão sobre uma indústria. Ciência Hoje 2002; 31 (181):30-47.
- Carneiro H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. Rev Out IES 2002; 6: 115-28.
- Karam ML. Redução de danos, ética e lei: os danos da política proibicionista. In: Sampaio CMA, Campos MA. Drogas, dignidade e inclusão social: a lei e a prática de redução de danos. Rio de Janeiro: ABORDA; 2003. p.45-97.
- Rodrigues T. Narcotráfico: um esboço histórico. In: Venâncio RP, Carneiro H (org.). Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo: Alameda; 2005. p.291-310.
- Zaccone O. Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan; 2007.
- Aquino LMC. Introdução: a juventude como foco das políticas públicas. In: Castro JA, Aquino LMC, Andrade CC. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA; 2009. p.25-39.
- Soares CB. Juventude e saúde: concepções e políticas públicas. In: Dayrell J, Moreira MIC, Stengel M (orgs.). Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: PUC Minas; 2011. p.361-78.
- Soares CB. Agências de socialização e valores sociais: a família, a escola, os pares e o trabalho. In: Borges ALV, Fujimori E (orgs.). Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. Barueri: Manole; 2009. p.61-81.
- Wood EM. O que é a agenda "pós-moderna"? In: Wood EM, Foster JB (orgs.). Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1999.
- Pereira PAP. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. Serv soc soc. 2012; 112: 729-53.
- Viana N. A Constituição das políticas públicas. Rev Plurais 2006; 3(1):1-19.
- Soares CB, Campos CMS, Leite AS, Souza CLL. Juventude e consumo de drogas: oficinas de instrumentalização de trabalhadores de instituições sociais, na perspectiva da saúde coletiva. Interface comun saúde educ 2009; 13 (28): 189-99.
- Velho G. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: Velho G (org.) Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar; 1999. p.55-64.
- Viana N. A consciência da história: Ensaio sobre o materialismo histórico-dialético. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé; 2007.
- Fleck A. O conceito de fetichismo na obra marxiana: uma tentativa de interpretação. Ethica 2012; 11(1):141-58.
- Marx K. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. Manuscritos Econômico-filosóficos. Jesus Ranieri (Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial; 2004.
- Costa JF. Perspectiva da juventude na sociedade de mercado. In: Novaes R, Vannuchi P (orgs.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu; 2004. p.75-88.
- Baratta A. Introdução a uma sociologia da droga. In: Mesquita F, Bastos FI (orgs.). Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos. São Paulo: Hucitec; 1994. p.21-43.
- Kaplan M. Tráfico de drogas, soberania estatal, seguridad nacional. Sistema 1997; (136):43-61.
- Franch M. Um brinde à vida: reflexões sobre violência, juventude e redução de danos no Brasil. In: Melcop AG, Maia D, Buning E, Franch M. Relatório da I Conferência Internacional sobre Consumo de Álcool e Redução de Danos: em busca de uma política abrangente para os países em transição e desenvolvimento. Recife: Rede Brasileira de Redução de Danos; 2003. p.49-71.
- Brites CM. (Tese). Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2006.

39. Viana N. Os valores na sociedade moderna. Brasília: Thesaurus; 2007.
40. Carlini EA, Noto AR, Nappo AS, et al. Fluoxetina: indícios de uso inadequado. J bras psiquiatr 2009; 58(2):97-100.
41. Franco VLS, Santos VE, Silva LCF, et al. O padrão de prescrição de anoréticos tipo-anfetamina e de benzodiazepínicos na Cidade de Santo André/Estado de São Paulo. Infarma 2010; 22(7/8):3-8.
42. Raupp L, Adorno RCF. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). Ciênc saúde coletiva 2011; 16(5):2613-22.